

Resenha

A Revolução Uruguaia de 1904: novos debates sobre sua legitimidade

José Pedro Cabrera Cabral¹

ESPIELL, Héctor Gros. 2004. *La Revolución de 1904: legitimidad o ilegitimidad – actualización de una polémica*. Montevideo, Ed. Taurus, 257 p.

A Revolução de 1904 e seu trágico desenlace marcaram o final de uma época, encerrando o século XIX e iniciando o século XX a partir de uma dimensão estritamente política. Com a derrota da Revolução Saraivista, encerrou-se a guerra civil no Uruguai, como forma de dirimir e fazer política. O primeiro governo de José Batlle y Ordoñez (1903-1907) mudou substancialmente o cenário político nacional, e, como primeira característica, implementou as condições que levaram o confronto político à esfera democrática e ao pleito eleitoral pacífico. Batlle derrotou Aparício Saravia em 1905, pondo fim ao conflito armado.

O trabalho de Héctor Gros Espiell introduz, de forma inovadora na historiografia contemporânea uruguaia, uma nova perspectiva de análise sobre os acontecimentos que marcaram a Revolução de 1904. O autor dialoga através de três documentos da época e de um artigo atual, de sua autoria, buscando as contradições sobre o desenlace da guerra entre os diversos atores. Utiliza-se, para isso, do discurso do presidente Batlle à Assembléia Geral, em 15 de fevereiro de 1905; da exposição do diretório do Partido Nacional, de abril do mesmo ano; da entrevista do Dr. José Pedro Ramírez, publicada no jornal *El Siglo*, de 6 de fevereiro de 1905, conjuntamente com seu livro, publicado no mesmo ano, *La culpa de la guerra*; e de uma série de documentação jornalística da época, de representantes tanto do Partido Colorado (o governo) como do Partido Nacional (a oposição insurreta).

O aspecto inovador do livro de Espiell é que, até ele, a história da Revolução de 1904 foi escrita por intelectuais representantes de algum dos partidos em disputa. Dessa forma, temos a versão nacionalista e/ou a versão colorada. O autor indaga a documentação elaborada por ambos os partidos e analisa os fatos a partir da

¹ Professor da UNOESC Xanxerê, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. Bolsista da CAPES. Prof. orientador: Dr. Werner Altmann.

confrontação dos mesmos com a imprensa da época. Uma tendência herdeira do bipartidismo dominante foi secularmente representada na historiografia e na análise política em relação aos acontecimentos de 1904, o que não ocorreu de forma igual em algumas análises sociológicas – caso da obra de Angel Rama.

O contexto da época foi marcado fundamentalmente por dois programas políticos que expressavam os planos do confronto no âmbito político e militar, em um pleito a sangue e fogo. Longe de ser um conflito de “caudilhos” sem significação no plano econômico e social, este apresentava o enfrentamento entre o meio urbano e o rural. Desse confronto surgiu “a época do 900 uruguaio”, que marcou definitivamente, por décadas, o momento em que teve início a promoção de projetos nacionais que, em seus contrastes, constituíram os principais contornos do país e os fundamentos da democracia liberal, tradição da cultura uruguaia.

No primeiro documento analisado, Espiell trabalha sobre uma versão fragmentada da *Mensagem do p José Batlle y Ordóñez à Assembléia Geral*, datado de 15 de fevereiro de 1905 e dedicado, em sua maior parte, a expor as razões que teve o governo para atuar em 1903 e em 1904. Em sua exposição ao Parlamento, o presidente justificou suas ações, questionou com firmeza o movimento saraivista, que identificou como “subversivo”, ao mesmo tempo em que se preocupou em responder, uma a uma, as argumentações dos revolucionários nacionalistas para fundamentar sua insurreição. Resenha detalhadamente a versão oficial dos incidentes que levaram à Revolução, insiste na vontade negociadora e pacificadora do Poder Executivo e manifesta seu desacordo com a *política de co-participação*, proposta pelos nacionalistas.

No segundo documento, inclui a réplica do Diretório do Partido Nacional, publicada em Montevidéu em abril de 1905, sob o título *El Directorio saliente a la nueva corporación*. Nesta se reproduz, de forma integral, o discurso do Diretório Nacionalista, que entrega seu cargo ao novo diretório que assumiu e na qual se responde de forma direta à mensagem do presidente Batlle. Com esse objetivo, realizou-se um relato pormenorizado dos sucessos acontecidos no país desde março de 1903 até os inícios da revolução, em 1904, com registros de incidências completamente contraditórias com a versão oficial. Além da tarefa da narração pontual dos fatos, publicam-se documentos como a carta de José Pedro Ramírez a Alfonso Lamas, datada de 31 de dezembro de 1903, na qual se relata a missão de Ramírez de mediador no conflito.

O terceiro documento escolhido por Espiell é o livro de Pedro Manini Rios, *La culpa de la guerra*, uma coletânea de artigos publicados no jornal *El Dia* em contestação a *Memória do Directorio Nacional*. Em suas notas jornalísticas, Rios contestava, ponto a ponto, a versão do Partido Nacional. Na réplica, reafirmava a versão colorada dos fatos, ao mesmo tempo em que argumentava a favor do caráter “subversivo” e ilegítimo

dos movimentos revolucionários de 1903-1904. Identificava a responsabilidade da insurreição de forma absoluta com o Partido Nacional. “Não acreditamos que o Diretório – refere-se ao Partido Nacional – se atrevesse a falar publicamente sobre uma questão que não conduz senão a recordar-lhe uma vez mais todas as suas culpas” (p, 101).

O último texto que completa a documentação é um artigo de autoria de Espiell sob o título de “*a legitimidad política de la Revolución y de la Guerra Civil de 1904*”, elaborado por ocasião do centenário da Revolução de 1904. Na sua exposição, de caráter analítico, o autor estuda os limites e as possibilidades dos conceitos de legitimidade e legalidade, revolução e guerra civil, para posteriormente elaborar, a partir destes, um modelo interpretativo aplicável aos fatos em análise. Concentra-se particularmente na legitimidade da Revolução de 1904. Na sua interpretação, o governo de Batlle descumpriu o “Pacto de la Cruz”, de 1897, que consolidou e ampliou a co-participação na “Paz de Abril”, de 1872. Segundo o autor, houve violação do “Pacto de la Cruz” e do “Acuerdo de Nico Pérez”, de 1903, porque o governo, de certa forma, provocou a guerra civil de 1904 e se preparou para enfrentá-la no momento e nas circunstâncias mais favoráveis.

No prólogo da obra de Espiell, elaborado pelo historiador Gerardo Caetano, observam-se as apreciações deste último, quando tece comentários sobre o legado cívico da Revolução: “destaca a defesa da liberdade política, o sufrágio livre e a representação das minorias, mediante a adoção de uma legislação justa, resultando do jogo normal dos poderes do Governo no marco de suas competências constitucionais, tudo isso garantido pela co-participação dos partidos políticos”. Observe-se a recorrência do tema da co-participação como elemento-chave no conflito. Esse tema será o que fornecerá as bases para a estruturação do moderno Estado nacional – na forma de compromisso – entre o bipartidismo uruguaio, que se desenvolveu no transcurso do primeiro governo de Batlle e consolidou-se no seu segundo mandato de 1911-1915.

A temática da Revolução de 1904 continua suscitando controvérsias. Além das notórias associações partidárias e da utilização eleitoral que se lhe adjudica, o tema, no centenário dos acontecimentos – em especial da morte do caudilho nacionalista Aparicio Saravia –, revela a vigência da polêmica daqueles acontecimentos da história uruguaia. O debate a propósito da legitimidade política da Revolução de 1904 implica a revisão dos diversos elementos interpretativos da história, com tudo que isto envolve, contribuindo, assim, para o processo de ressignificação de uma consubstancial parte da história do país.